

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL - UNINTER  
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**MARIA GISÉLIA DA SILVAGOMES  
RU 2146338**

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO: OS DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES PARA  
FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTUDANTE EM SERVIÇO SOCIAL**

**TEOTÔNIO VILELA -AL  
2022**

**MARIA GISÉLIA DA SILVAGOMES**

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO: OS DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES PARA  
FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTUDANTE EM SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à disciplina e Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Profa. Ma. Silmara C. R. Quintana.

**TEOTÔNIO VILELA - AL**

**2022**

**MARIA GISÉLIA DA SILVAGOMES RU 2146338**

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO: os desafios e contribuições para formação  
profissional do estudante em serviço social**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, apresentado à disciplina de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER / Curitiba-PR, como requisito final para a obtenção do título de Bacharel.

Aprovado em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professor 1 (Titulação e nome completo)  
Instituição 1

---

Professor 2 (Titulação e nome completo)  
Instituição 2

---

Professor 3 (Titulação e nome completo)  
Instituição 3 (Orientador)

Dedico esta conquista como gratidão, as  
pessoas mais importantes de minha vida:  
minha família, na pessoa de minha mãe, Maria José.  
Obrigada pelo empenho e apoio.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a Deus por ter me dado saúde e força para alcançar mais esse objetivo.

Agradeço a minha família pela paciência que tiveram comigo durante todo o processo de formação profissional.

Agradeço à professora orientadora pela contribuição nesta jornada e a tutora acadêmica Daiana pelo apoio neste processo.

Aos meus colegas de curso, as supervisoras de campo, por terem me recebido tão bem durante as fases de estágios e aos amigos do dia a dia que sempre me deram força nos momentos de desânimo.

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais, de que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia nos horizontes de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários  
(IAMAMOTO, 2004, p. 17)

## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social tem como tema, Estágio Supervisionado: os desafios e contribuições para formação profissional do estudante em serviço social. O objetivo geral é analisar as contribuições proporcionadas pelo estágio supervisionado para a formação dos estudantes da primeira turma do curso de Serviço Social da UNINTER pólo de Teotônio Vilela Alagoas. Apresenta como problema central: De que forma o Estágio Supervisionado em Serviço Social contribui para formação profissional do (a) Assistente Social? Para a realização da pesquisa a metodologia utilizada foi abordagem qualitativa. Para coleta dos dados utilizou-se a pesquisa de campo. Tendo como método de coleta e análise de dados o dialético. Os resultados mostram que a prática de estágio supervisionado é fator predominante para formação e construção ética, moral do profissional em serviço social.

**Palavras-chave:** Estágio Supervisionado 1. Formação 2. Serviço Social 3.

## **ABSTRACT**

This Completion of Course Work in Social Work has as its theme, Supervised Internship: the challenges and contributions to the professional training of the student in social work. The general objective is to analyze the contributions provided by the supervised internship for the formation of the students of the first class of the Social Service course at UNINTER in Teotônio Vilela Alagoas. It presents as a central problem: How does the Supervised Internship in Social Work contribute to the professional training of the Social Worker? To carry out the research, the methodology used was a qualitative approach. For data collection, field research was used. Using the dialectic method of data collection and analysis. The results show that the practice of supervised internship is a predominant factor for the formation and ethical and moral construction of the professional in social work.

**Keywords:** Internship Supervising1. Training 2. Social Service 3.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Espaço sócio-ocupacional .....	35
Gráfico 2 – Escolha de espaço sócio-ocupacional.....	36
Gráfico 3 –Espaço sócio-institucional de estágio.....	37
Gráfico 4 – Atividade no estágio supervisionado.....	37
Gráfico 5 – Ampliação da visão da profissão.....	39
Gráfico 6 – Novas competências e habilidades profissionais.....	40
Gráfico 7 –Experiência de estágio.....	41

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Legislações sociais que servem de base para a prática profissional do assistente social.....	28
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CFESS	Conselho Federal do Serviço Social
CF	Constituição Federal
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LOPES	Lei Orgânica da Previdência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNE	Política Nacional de Estágio

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1 PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA ATUALIDADE .....</b>	<b>ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</b>
1.1 A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL <b>ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</b>	
1.2 O PROCESSO FORMATIVO DO SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO.....	<b>20</b>
<b>2 ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO (A) ASSISTENTE SOCIAL .....</b>	<b>23</b>
2.1 NORMATIVAS PARA PRÁTICA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL .....	<b>24</b>
2.2 PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL.....	<b>30</b>
<b>3 ESTÁGIO SUPERVISIONADO DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL DA UNINTER POLO DE TEOTÔNIO VILELA ALAGOAS .....</b>	<b>32</b>
3.1 ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS .....	<b>34</b>
3.2 DIFICULDADES E DESAFIOS NO PROCESSO DE ESTÁGIO .....	<b>36</b>
3.2.1 Prática de Estágio Supervisionado.....	<b>38</b>
3.2.2 Contribuição do estágio para Formação profissional.....	<b>39</b>
3.2.3 Análise crítica dos resultados.....	<b>41</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>45</b>
<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ESTÁGIO SUPERVISIONADO .....</b>	<b>47</b>
<b>APÊNDICE B – TERMO DE COMPROMISSO .....</b>	<b>49</b>

## INTRODUÇÃO

A presente Monografia tem como tema “Estágio Supervisionado: os desafios e contribuições para formação profissional do estudante em serviço social”. O processo de estágio supervisionado sempre esteve presente na história do serviço social. A relação intrínseca teoria e prática é fator primordial para formação profissional do estudante em serviço social. Dentro deste contexto, esta monografia apresenta como problema central: De que forma o Estágio Supervisionado em Serviço Social contribui para formação profissional do (a) Assistente Social?

A construção do conhecimento acontece entre a ligação estreita do falar e o fazer, assim, o estágio é a porta de entrada para o “aprender fazendo”. Brun e Santos (2019, p. 24) afirmam que o estágio supervisionado “sempre foi importante para a formação de profissionais comprometidos com a qualidade e os preceitos éticos do curso, bem como a vinculação às Diretrizes Curriculares Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social” (ABEPPS, 1996). Significa dizer que, no estágio supervisionado o estudante se apropria de conhecimentos e práticas que faz parte da realidade da profissão. E se prepara para exercer a profissão no futuro com uma consciência crítica e construtiva necessária para tomadas de decisões e ações.

Nessa perspectiva a questão norteadora desta pesquisa é: Quais contribuições o estágio supervisionado colabora para uma formação crítica e construtiva do profissional em serviço social?

Além desta questão surge outras secundárias:

- a) Para o processo formativo em serviço social é necessário a realização do estágio supervisionado?
- b) Na atualidade é difícil encontrar campo ou espaços sócio-ocupacionais para realização de estágio em serviço social?

O processo de construção e formação do profissional em Serviço Social começa com o aparato teórico adquirido na academia e se complementa com a prática do estágio supervisionado. Prática obrigatória, consta da grade curricular e do projeto didático do curso. Normalmente, a prática de estágio inicia nos dois últimos anos do curso, neste processo de observação nos espaços sócio-ocupacionais o estudante descobre com que campo se identifica mais e compreende a ação profissional na prática. Neste contexto, é que ocorre a prática educativa pelo

estágio supervisionado, ao mesmo tempo como natureza obrigatória na grade curricular.

Para melhor compreender e entender a importância da prática de estágio supervisionado em serviço social para formação profissional, esta monografia tem como objetivo geral: analisar as contribuições proporcionadas pelo estágio supervisionado para a formação dos estudantes da primeira turma do curso de Serviço Social da UNINTER polo de Teotônio Vilela/Alagoas. Como complemento ao geral temos os objetivos específicos: Analisar o processo de formação profissional em Serviço Social na atualidade; analisar o Estágio Supervisionado no processo de formação profissional do (a) Assistente Social; descrever como ocorreu o Estágio Supervisionado dos estudantes de Serviço Social da UNINTER polo de Teotônio Vilela Alagoas.

Registra-se que, na fase de Investigação foi utilizado a teoria crítica Marxista como método de pesquisa. Ao abordarmos a formação profissional do assistente social pelo campo do estágio supervisionado, propomos uma reflexão crítica da real finalidade do estágio supervisionado para o profissional em formação em serviço social. Dentro desse conceito Medeiros e Sviercoski (2019, p. 53-54) afirmam que teoria para Marx “é a reprodução ideal do movimento real do objeto (..) na relação sujeito-objeto do conhecimento”, aqui representados pelos sujeitos da pesquisa, os estudantes e o objeto central, o estágio supervisionado. Quanto à Metodologia empregada, a natureza utilizada na pesquisa a abordagem qualitativa. Para Minayo (2007, p. 21-22) “pesquisa quantitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não se pode ser quantificado”. A abordagem qualitativa busca a compreensão, tendo enfoque investigativo, preocupa-se em dar significado ao objeto estudado, descrevendo e interpretando, não dissociando o pensamento da realidade social dos personagens.

Com abordagem qualitativa a pesquisa é descritiva, que tem como objetivo, descrever determinadas características de um grupo populacional, considerando raça, gênero, nível de escolaridade, acesso a serviços públicos e demais elementos. De acordo com Gil (1999), “as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática”. Com essa técnica, buscamos descrever a partir da pesquisa de campo e dos demais procedimentos

metodológicos como ocorreu o processo, a finalidade e contribuição do estágio supervisionada para formação profissional dos estudantes da primeira turma de serviço social da Uninter polo de Teotônio Vilela Alagoas.

Para coleta dos dados utilizou-se a pesquisa de campo, que segundo Minayo (2007, p. 27) “consiste em levar para a prática empírica a construção teórica elaborada na primeira etapa”. A pesquisa em Lócus (estudantes- sujeitos e espaços ocupacionais do estágio supervisionado), teve como objetivo analisar a prática do estágio nos campos sócios ocupacionais, este procedimento contribuiu para construção de categorias no corpo da monografia.

As técnicas de pesquisa compreendem os preceitos e habilidades para a utilização de normas e dados e técnicas, utilizou-se: Pesquisa Bibliográfica, para fundamentação teórica, estudos em revistas, dissertações e livros. Pesquisa Documental, através de normativas do Serviço Social. O universo e população da pesquisa foram os estudantes da primeira turma do curso de Serviço Social do campo da Uninter polo da cidade de Teotônio Vilela. A escolha dos estudantes como sujeitos da pesquisa, justifica por efetivamente participarem do processo de estágio supervisionado no curso de Serviço Social. Tendo como recorte temporal os anos de 2020 e 2021. Para Gil (1999) o universo ou população é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características. A amostra é o subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população (GIL, 1999). Para coleta de dados foi utilizado entrevista com questionários com perguntas diretas aos estudantes. Para Medeiros e Sviercoski (2019, p. 177) a técnica de entrevista “possibilita criar empatia com o entrevistado para que as informações sobre as questões a serem realizadas possam ser compartilhada com mais informações”.

Os dados coletados serão organizados e fundamentados de acordo com análise literária, realizado pelo estudo da arte sobre estágio supervisionado e afins. A linha de pesquisada selecionada foi: Formação, Práticas Profissionais e Identidade Profissional, com foco na Formação profissional e espaços sócio-ocupacionais, da linha de pesquisa.

Para entendermos a importância e o significado do estágio supervisionado na formação profissional em serviço social, buscou-se respalde em autores que pesquisam sobre estágio supervisionado e formação profissional em serviço social. As principais referências: (BRUN; SANTOS, 2019; OLIVEIRA, 2003;

BARBOSA, 2004) que analisam a prática do estágio supervisionado no processo de formação profissional em serviço social; e (SANTOS; OLIVEIRA; BONALUME, 2016; ALBIERO, 2000) que analisam o processo de supervisão de estágio em Serviço Social. A monografia está organizada em três capítulos.

Para tanto, principia-se, no Capítulo I, Processo de Formação Profissional em Serviço Social na atualidade. Este capítulo apresenta o Serviço Social enquanto profissão. Contextualiza o processo formativo do serviço social como profissão e apresenta o serviço social na contemporaneidade.

No Capítulo II, Estágio Supervisionado no processo de formação profissional do (a) Assistente Social. Este capítulo está dividido em duas sessões. A primeira, apresenta as normativas, pareceres, política e regulamento da prática do estágio supervisionado em serviço social; a segunda sessão, é fundamentada em autores que discutem o processo de formação profissional em serviço social e a importância do estágio supervisionado para esta formação.

No Capítulo III, Estágio Supervisionado dos estudantes de Serviço Social da UNINTER polo de Teotônio Vilela Alagoas. Este capítulo apresenta o resultado e análise da pesquisa de campo. Está dividido em quatro categorias. A primeira, apresenta as dificuldades e desafios no processo de estágio; a segunda categoria, apresenta os espaços sócio-ocupacionais dos estágios realizados pelos estudantes; a terceira categoria, contextualiza a prática de Estágio Supervisionado; a quarta categoria, relata as contribuições do estágio para formação profissional do estudante em serviço social.

Portanto, o presente trabalho apresenta nas considerações finais que a prática de estágio supervisionado contribui para formação e construção ética, moral do profissional em serviço social.

## **CAPÍTULO I - PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA ATUALIDADE**

Neste capítulo apresentaremos a gênese do Serviço Social até o processo de formação profissional em Serviço Social na atualidade, segundo os estudos dos autores Alves (2017) e Albonette (2017).

O Serviço Social surgiu a partir das grandes desigualdades sociais oriundas do desenvolvimento capitalista. A Igreja Católica é considerada como primeira instituição a realizar ações de intervenções nas questões sociais, seguindo a filosofia Tomista os primeiros passos do Serviço Social foram organizados a partir dos dogmas da Igreja Católica.

Desigualdade social, domínio econômico, faces de uma realidade que o ser humano conhece e convive com maior disparidade desde a revolução industrial no século XVIII na Inglaterra. Pobres e pobreza sempre existiram entre os grupos da sociedade, porém, se acentuou com o surgimento do capitalismo.

A desigualdade social e econômica e a busca por justiça social se confundem com a própria história da profissão do Assistente Social. A pobreza era tida como fatalidade e a assistência deixada à iniciativa da igreja católica. Era uma assistência esmolada, um conceito que se manteve até meados do século XVIII. Moças da burguesia eram preparadas pela igreja para assistir aos miseráveis da sociedade.

Assim, a profissão Assistente Social na sua gênese, nasce com característica religiosa e conservadora. O profissional do Serviço Social no início era vinculado a igreja católica, que se propõe a um papel de recristianização da sociedade, tornando-se em sua gênese uma profissão conservadora, dogmática nas filosofias Tomista de São Tomás de Aquino, que trabalhava a ideia entre fé e razão.

Segundo o professor Montaña (2009), há duas teses para justificar e orientar a natureza do Serviço Social. A primeira tese seria a endogenista e a segunda tese seria a histórica-crítico. A tese endogenista traz uma visão particularista e focalizada, é uma tese que entende a profissão a partir dela mesma, por isso, esta tese ajuda compreender a gênese da profissão do Serviço Social, da evolução, organização e profissionalização das formas de ajuda da caridade e da filantropia. A segunda tese histórica-crítico, não se apresenta como um processo de caridade e filantropia desorganizada, mais bem organizada, planejada e pensada. A tese histórica-crítico entende que o surgimento da profissão acontece como um produto das sínteses dos

projetos políticos e econômicos que cooperam no desenvolvimento histórico no enfrentamento da questão social. Nesta tese o Assistente Social vai desempenhar fundamentalmente um papel político. Assim, a função do profissional estaria vinculada a posição sócio-técnico do trabalho e não em si mesmo, diferente da tese endogenista que explica a gênese da profissão a partir dela mesma.

Segundo a professora Neiva Silvana Hach (2018), da disciplina Fundamentos históricos Teóricos Metodológico do Serviço Social – Dimensão Metodológico, na aula 01, a criação do Serviço Social na Europa teve como base os dogmas da Igreja Católica, que alicerçava a visão de mundo, sob orientação da caridade religiosa através do Tomismo e Humanismo, com caráter de missão pessoal e vocacional. Na visão da professora Neiva, o Serviço Social surgiu com características de “profissionalização de ajuda”.

Na América Latina, o Serviço Social surge primeiramente no Chile em 1925, pelo médico Alejandro Del Río, que funda a primeira escola de Serviço Social. A princípio o Serviço Social era visto como uma subprofissão de prática médica. Era dividida em três partes: a primeira, a assistência estaria ligada em fazer o bem ao próximo de uma maneira técnica; a segunda, da prevenção dos desajustes e a terceira, o exercício técnico da caridade.

### **1.1 A Gênese do Serviço Social no Brasil**

O Serviço Social no Brasil surge na década de 30, no governo de Getúlio Vargas para atender os problemas de ordem social, situações de pobreza que vivia o país com o processo de industrialização. Segundo ALVES (2017, p. 39) a primeira “expressão original do serviço social no Brasil se deu em 1932, na cidade de São Paulo, com a criação do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), que formava seus membros pela doutrina social da igreja Católica aplicada ao conhecimento dos problemas sociais”. A função desse órgão era em formação técnica especializada em difundir a doutrina católica e algumas ações sociais.

A primeira escola de Serviço Social surgiu em 1936, em São Paulo, instituída pelo CEAS. Arelada a igreja católica, com influência do neo-tomismo. Tinha caráter doutrinário e conservador, não científico. Abordagem que se tinha da questão social, era positivista, com o objetivo de integrar o indivíduo ao meio social. A segunda escola do Serviço Social, foi criada em 1937 no Rio de Janeiro, também com

influências dos princípios católicos de reconstrução de uma sociedade cristã e de formação doutrinária. As ações dos Assistentes Sociais eram voltadas apenas as visitas domiciliares, atendimentos individuais e pontuais aos mais empobrecidos.

Na década de 40, segundo ALVES (2017, p. 51) a “sociedade cobrava do Estado uma resolução das expressões das questões sociais”. Neste período a luta era principalmente por melhores condições de vida, devido a exploração da classe trabalhadora. Ainda segundo Alves (2017, p. 51) os anos 50 e 60 foram marcados pela luta dos Assistentes Sociais em encontrar uma teoria que pudesse embasar a prática da profissão. A professora Neiva da disciplina Fundamentos históricos Teóricos Metodológico do Serviço Social – Dimensão Metodológico, na aula 03, diz que a categoria profissional avança em seu exercício de prática social entre as décadas de 1960 a 1980, com os movimentos dos profissionais em questionar as práticas e fundamentos metodológicos da profissão.

Apesar do período crítico que o Brasil passava entre os anos de 1964 e 1986, com a implantação do Regime Militar, com violação dos direitos civis e sociais, censuras e restrições, houve ações de caráter assistencialista aos mais pobres da sociedade.

Com intenções de romper com o conservadorismo e os dogmas da igreja católica, os Assistentes Sociais organizaram entre as décadas de 60 a 80 os Seminários de Araxá, de Teresópolis, de Sumaré e do Alto da Boa Vista, objetivando o processo de Reconceituação da profissão.

O Seminário de Araxá ocorreu em março de 1967, na cidade de Araxá em Minas Gerais. Foi o primeiro Seminário de teorização do Serviço Social do Brasil. Segundo Alves (2017, p. 59) o seminário teve como “objetivo estudar e teorizar a metodologia da área de atuação desse profissional”. O segundo Seminário, ocorreu em 1970, na cidade de Teresópolis interior de Rio de Janeiro. Alves (2017) afirma que neste seminário foi elaborado a metodologia e início das pesquisas do Serviço Social. Alves (2017, p. 66) afirma que os Seminários de Sumaré, ocorrido em 1978 e do Alto da Boa Vista em 1984, “tinham a intenção de promover a ruptura com o conservadorismo do Serviço Social”. Ainda segundo a autora acima citada, o Seminário de Sumaré abordou temas que repercutiam no fazer do Assistente Social, que inquietava toda categoria como: O Serviço Social e a cientificidade; O Serviço Social e a fenomenologia; O Serviço Social e a dialética.

O seminário do Alto da Boa Vista, complementou o processo de teorização do profissional do Serviço Social. Este Seminário é considerado o marco de renovação do Serviço Social, pois, lançaria as matrizes teóricas e filosóficas da profissão. Alves (2017, p. 68) afirma que foi neste Seminário que o “Serviço Social aderiu ao materialismo histórico-dialético”. Este Seminário contribuiu ainda com propostas para elaboração do Código de ética de 1986. Porém, a ruptura com premissas conservadoras de outras correntes de pensamentos, só aconteceu de fato com o Código de ética de 1993.

Os Seminários contribuíram para um novo panorama da profissão, pautado no compromisso e na defesa da classe trabalhadora. Segundo a professora Maria Carmelita Yazbek, no texto: Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade, no contexto neoliberal da atualidade, o trabalho do Assistente Social, se tornam cada vez mais difíceis e complexos, um grande desafio, devido as políticas públicas serem cada vez mais de caráter focolistas e imediatistas, sem perspectivas de ações de melhorias futuras. Por isso, o Serviço Social, na atualidade tem se colocado em favor da luta dos direitos da classe trabalhadora e dos usuários que não tem seus direitos respeitados, se posicionando em defesa da equidade social, da liberdade, igualdade, como valor ético central, da justiça social da coletividade e dos direitos fundamentais humanos.

O Serviço Social enquanto profissão desde sua gênese vem lutando por equidade social. O maior enfrentamento da profissão advém da questão social, que é seu objeto de trabalho oriundo do sistema capitalista. Neste sentido, na atualidade o Assistente Social traz em sua bandeira de luta, a defesa dos direitos constitucionais, humanos, condições dignas de vida, e sobrevivência da sociedade. Esses conceitos são apreendidos pelos estudantes na academia e vivenciados em sua prática no estágio supervisionado.

## **1.2 O Processo Formativo do Serviço Social como Profissão**

De início é importante assinalar que a formação do Assistente Social no Brasil ocorreu através de um processo de lutas e eventos significativos que marcaram a trajetória da profissão. Segundo ALVES,

O processo de amadurecimento da profissão no Brasil pode ser descrito como fruto coletivo empreendido pelos órgãos de representação da

categoria profissional. Por meio do Conselho Federal do Serviço Social (CFESS), dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), é possível promover a articulação dos profissionais para empreender ações advindas do seio da categoria (ALVES, 2017, p. 13).

Para a autora acima citada, o processo de organização da formação profissional do Assistente Social ocorreu através da articulação dos órgãos competentes, CFESS, CRESS, ABEPSS e ENESSO. Ainda segundo Alves (2017, p. 74), a atuação do profissional de Serviço Social no cenário brasileiro é resultado de diversas determinações decorrentes da inserção histórica da profissão “na realidade social, econômica e política e de seu posicionamento na divisão social e técnica do trabalho, fruto de uma construção coletiva do Projeto ético-Político da profissão, ou projeto hegemônico do Serviço Social”. Ou seja, a raiz da formação profissional do Assistente Social está ligada diretamente na participação de movimentos e articulação deste profissional na organização do Projeto ético-Político da profissão.

Segundo Alves (2017, p. 90) “a formação do assistente social e seu exercício profissional tem uma construção sócio-histórica: formação e exercício profissional estão articulados à prática social e são reflexos da história, da cultura e do jogo de interesses”. Logo, deve-se ter em mente que o profissional, em sua prática cotidiana, irá se confrontar com a prática da instituição empregadora, sendo esse o local onde seu trabalho será realizado.

Embora a questão social esteve e está presente em diferentes momentos da história, a raiz é uma só, a contradição entre o capital e trabalho, que gera desigualdade, desemprego, fome, violência, exclusão social, pobreza, precariedade das condições de trabalho. Porque, a história do serviço social é marcada pelos efeitos impostos “pela força da classe dominante sobre o desenvolvimento teórico e prático da profissão, além, da emblemática presença de diretrizes religiosas, sobretudo quando se refere ao seu período de implantação no Brasil” (ALBONETTE, 2017, p. 27). Dentro desse contexto, a prática profissional do assistente social, bem como sua formação, estão articulados com “a totalidade social, ou seja, seus movimentos e suas relações são constituídos segundo condições apresentadas por essa totalidade (histórica, teórica e dos sujeitos)” (ALVES, 2017, p. 92).

Assim, “O processo de trabalho, ou prática profissional, está carregada de conhecimentos, de finalidades, de projetos de formação no caso do Serviço Social, do Projeto ético-Político da categoria” (ALVES, 2017, p. 92). A profissão de

assistente social, assim como outras profissões, recebeu influências das forças vigentes em cada período de sua história. Outros traços que definem historicamente a profissão são “a origem e os vínculos de seus profissionais no início da sua formação e instituição no Brasil: especialmente mulheres oriundas de famílias abastadas da sociedade” (ALBONETTE, 2017, p. 34).

As primeiras escolas de serviço social representaram um marco exponencial para a categoria profissional, pois como decorrer do tempo assumiram a assistência social e legalizaram a existência da profissão no Brasil. Os assistentes sociais, pioneiros advindos dos primeiros períodos da formação profissional em Serviço Social, foram Segundo Albonette (2017, p. 71) “gradualmente inseridos em espaços-ocupacionais que demandavam a presença de profissionais que pudessem compreender ações de diversas naturezas”. A profissão no Brasil, desde a sua gênese, esteve ligada à assistência da classe trabalhadora, “contudo era possível evidenciar um predomínio do emprego público (vínculo trabalhista) em diversos órgãos do governo” (ALBONETTE, 2017, p. 73).

Segundo Albenette (2017) a profissão desde sua gênese sempre lutou para criar vários espaços sócio-ocupacionais, onde pudessem atender as diversas necessidades sociais, fazendo uma reflexão ao tema ela afirma:

Fazendo uma analogia a contemporaneidade a profissão hegemonicamente sinaliza para a adesão à luta da categoria no sentido de criar postos de trabalho em diversas frentes e espaços sócio-ocupacionais, os quais se constituem em instâncias de intervenção emergenciais, como a inserção do serviço social no âmbito escolar (ALBONETTE, 2017, p. 73).

A autora afirma que o serviço social tradicional seguiu três direções profissionais:” a modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura com o modelo de então” (ALBONETTE, 2017, p. 94). De maneira marcante, contudo, caminhou rumo a um posicionamento de confronto contra as posturas ditatoriais que impactavam o seu cotidiano profissional, postura essa que viria a configurar os princípios e valores profissionais da contemporaneidade.

### **1.2.1 Serviço Social na contemporaneidade**

O serviço social, como profissão, foi implantado no Brasil a partir da década de 30, mas na contemporaneidade ganhou novos contornos, sobretudo advindos de transformação societárias, reflexos do acirramento da disputa entre os interesses da classe trabalhadora e as ofensivas do mercado capitalista, somadas às investidas

neoliberais. Conforme Alves (2017, p. 17) “na contemporaneidade, o profissional de Serviço Social deve estar atento, por meio de uma leitura crítica, às demandas postas pela dinâmica da realidade.” Porque a partir do momento em que teve origem, a profissionalização foi utilizada como instrumento do Estado para buscar consenso da sociedade em defesa dos interesses do capital. Para Alves

Essa concepção foi sendo alterada à medida que a profissão passou a apropriar-se da teoria crítica; assim, contemporaneamente, o Serviço Social tem avançado na defesa e na efetivação de um projeto profissional, denominado Projeto Ético-Político do Profissional do Serviço Social (ALVES, 2017, p. 20).

O Serviço Social contemporâneo tem alcançado, por meio de discussões teórico-metodológicas, éticas e políticas, principalmente na compreensão do movimento da sociedade burguesa, avanços na formação e no exercício profissional. O assistente social, por meio de sua intervenção, vem se fazendo presente nas políticas sociais através de Seminários, movimentos interventistas e Congressos, mesmo antes do advento da Constituição Federal de 1988, que institucionalizou a Seguridade Social. “A intervenção do assistente social ocorreu de várias formas, como na produção teórica e profissional e na participação nos movimentos em defesa de direitos” (ALVES, 2017, p. 99).

O processo de formação profissional em Serviço Social pode ser entendido como um conjunto de experiências que incluem a transmissão de conhecimentos, para Buriolla (2003, p. 16) esse processo oferece “possibilidade do aluno em campo de ação, ter vivência de situação concreta relacionada à revisão e ao questionamento de seus conhecimentos, habilidades, valores etc”.

Porém, devido aos processos de transformações, que vem ocorrendo no “mundo do trabalho”, esse processo de formação pode alterar substancialmente a demanda de qualificação de profissionais de Serviço Social, segundo Iamamoto (1998, p.180) “tornando necessário que adquiram uma centralidade no processo de formação profissional, porque tem uma centralidade na contemporaneidade da vida social”. Ainda, há necessidade de um currículo que possa adequar esta nova realidade e que atenda as novas demandas sociais. Seguindo a linha de pensamento da autora acima citada, concorda-se que a formação profissional tem que estar constantemente em qualificação, em formação de acordo com as mudanças e as necessidades de cada período da história e da sociedade.

No próximo capítulo é apresentado as normativas que regulam o processo de estágio supervisionado em serviçosocial.

## **CAPÍTULO II - ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO (A) ASSISTENTE SOCIAL.**

Apresentaremos neste capítulo as normativas que regulam o Estágio Supervisionado, como também outras Legislações sociais que contribuem para o bom desempenho do trabalho de todo Assistente Social. As funções desse profissional estão relacionadas basicamente ao planejamento, execução e avaliação de projetos sociais e políticas públicas. Além de realizar perícias técnicas, estudos socioeconômicos, vistorias e pareceres para organizações públicas e privadas.

De acordo com o Regulamento de Estágio Supervisionado do Curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER, no capítulo II, dos Conceitos e Objetivos, o estágio supervisionado é uma disciplina obrigatória do curso em Serviço Social e para formação do aluno.

Art. 2º O estágio supervisionado obrigatório do curso de Bacharelado em Serviço Social é pré-requisito para o processo de formação acadêmica dos alunos e está em conformidade com a Lei N°11.788, de 25 de setembro de 2008, a qual estabelece as definições sobre o processo de estágio entre a Unidade de Ensino e as Unidades concedentes de campos de estágio, pelo qual o educando tenha contato com o ambiente de trabalho e desenvolva suas competências e habilidades em conformidade com a proposta pedagógica do curso de Bacharelado em Serviço Social.

Art. 3º O processo de estágio supervisionado em Serviço Social tem como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão), a Lei 8662/93 que regulamenta a Profissão o Código de Ética do Profissional, Resolução Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) nº 273/93 de 13 de março de 1993, as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996, a Resolução CFESS nº 533 de setembro de 2008 e a Política Nacional de Estágio da ABEPSS de 2010. (REGULAMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL, 2019, p. 4)

O estágio supervisionado é um momento muito especial na vida de cada estudante e principalmente os de Serviço Social, pois é nesse momento que nos aproximamos das expressões da questão social, por estarmos nos espaços sócio-institucionais atuando, aliando todo o conhecimento adquirido com a prática profissional sob supervisão técnica e pedagógica, ou seja, aplicação da teoria com a prática. Assim, a prática de estágio supervisionado é uma atividade obrigatória

segundo a resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008 que regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social:

[...]—O Estágio Supervisionado é uma atividade obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional de campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio, em conformidade com o disposto no parecer CNE/CES nº492/2001, homologado pelo Ministro de Estado da Educação em 09 de julho de 2001 e consubstanciado na Resolução CNE/CES 15/2002, publicada no Diário Oficial da União em 09 de abril de 2002, que veio aprovar as diretrizes curriculares para o curso de serviço Social.

Neste sentido, esta atividade é necessária e importante ao processo de formação do aluno, onde no início da prática de estágio, ele se depara com o desconhecido, adquire novos conhecimentos. Neste processo, acompanhado pelos supervisores de campo e acadêmico, vão conjuntamente desvelando os diversos conteúdos relacionados à sua prática, e aos poucos, por aproximação sucessivas, as diversas concepções vão se alterando. Assim, a prática leva o aluno a uma maturação gradativa, uma segurança profissional, a tal ponto que se espera do final do curso.

## **2.1 NORMATIVAS PARA PRÁTICA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL**

O estágio supervisionado em Serviço Social está inserido no Projeto PolíticoPedagógico e configura-se como uma atividade curricular obrigatória, uma vez que é instituído pelas Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996) do curso de Serviço Social, bem como na resolução nº. 533 de 2008 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) que trata, especificamente, da supervisão direta. De acordo com o paragrafo 1º do artigo 4º da referida resolução, a supervisão é compreendida como a “conjugação entre a atividade de aprendizado desenvolvida pelo aluno/a no campo de estágio, sob o acompanhamento direto do supervisor de campo e a orientação e avaliação a serem efetivadas pelo/a supervisor vinculado a instituição de ensino”. Nesta perspectiva, a Política Nacional de Estágio – PNE, elaborada coletivamente e sistematizada em 2009 pela ABEPSS, aponta que três sujeitos protagonizam o estágio supervisionado em Serviço Social: supervisor/a acadêmico/a, supervisor/a de campo e estagiário/a

A raiz de toda matriz de identidade e formação profissional dos estudantes, estão firmadas nas normativas que garante legalidade dos cursos. A Lei que regulariza o processo de estágio é a nº 11.788 de 25/09/2008 que dispõe sobre estágio de estudantes, no seu artigo 1º:

[...] estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental da modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (Lei de Estágio nº 11.788).

Além das regulamentações sobre Estágio na profissão de Serviço Social, a lei n 11.788/2008, traz alguns elementos importantes na defesa do estágio, dentre os quais, destacam-se:

- a) a obrigatoriedade do acompanhamento efetivo dos estagiários por parte de docente da instituição de ensino e de profissional da área de formação que atue no campo de estágio;
- b) a compatibilidade da jornada de estágio com atividades educacionais;
- c) o direito de recesso de trinta dias a cada doze meses de estágio ou proporcional no caso de incompletude de um ano de estágio, o qual deve ser remunerado nos casos em que o estágio tiver bolsa;
- d) a obrigatoriedade de auxílio transporte e de remuneração para os estágios não obrigatórios;
- e) e a responsabilização dos agentes de integração pelo encaminhamento indevido de estagiários sem a garantia das exigências legais.

O estágio na formação profissional é de grande significância na aprendizagem profissional, é neste momento que se conhece uma determinada realidade institucional e correlaciona teoria com a prática profissional com um viés crítico, reflexivo e investigativo. Segundo Oliveira,

[...] o estágio supervisionado tem um significativo papel no processo de formação profissional, pois representa essencialmente ao aluno uma possibilidade de aproximação à realidade cotidiana dos indivíduos sociais, associada à apropriação de conhecimentos teórico-metodológicos, que orientam o exercício profissional do assistente social (2000, p. 09).

O estágio em Serviço Social tem que estar correlacionado com as dimensões ético-políticas, técnico operativa e teórico metodológica, como afirma lamamoto,

[...] o estágio é concebido como processo de qualificação e treinamento teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político do aluno, inserido no campo profissional, em que realiza sua experiência de aprendizagem sob a supervisão direta de um assistente social, que assume a função de supervisor de campo. O acompanhamento acadêmico do estágio é uma atividade realizada por um(a) professor(a) de Serviço Social (...) que assume o papel de supervisor acadêmico (1998, p. 290).

Além do acompanhamento dos Supervisores de campo e acadêmico, o estágio supervisionado desve está aliado ao projeto ético político, materializado no

código de ética profissional, nas diretrizes curriculares e na lei de regulamentação da profissão, sem esses três fundamentos de bases teórica a formação de estudantes em Serviço Social estaria comprometida.

O código de ética, é o documento, que contem os princípios fundamentais, direitos e deveres dos assistentes sociais, suas relações com os usuários e instituições; as diretrizes curriculares com a lógica curricular mínima para as unidades de ensino superior com os respectivos núcleos de fundamentação teórico-metodológico da vida social, da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e fundamentos do trabalho profissional que são de grande importância para a formação no curso de Serviço Social a nível de graduação, é esse currículo mínimo que norteia as unidades de ensino superior tendo esses três eixos como base do referido curso; e a lei de regulamentação que dispõe sobre a profissão de assistente social.

Assim, a formação profissional do assistente social tem que ser pensada de forma contínua, não apenas durante o processo de formação, de acordo o Regulamento de TCC:

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), resulta da sistematização dos conhecimentos obtidos ao longo do processo de formação profissional, cuja temática e objeto tratados são específicos do Serviço Social, emergentes da experiência vivenciada no estágio curricular supervisionado obrigatório, das atividades de pesquisa ou extensão universitária, da construção ou resultado dos trabalhos de portfólio(s) ou de expressões da questão social que se evidencie ao longo da trajetória acadêmica. A construção do TCC evidencia uma relevante contribuição para o ensino e/ou para o exercício profissional, uma vez que é o resultado do conjunto conhecimentos, habilidades e competências obtidos por meio das elaborações e produções intelectuais advindas dos processos acadêmicos, vivenciados e apreendidos durante o período de formação profissional (REGULAMENTO DE TCC, UNINTER, 2021, p 4).

Desta forma, o estágio supervisionado é considerado uma atividade indispensável, integradora ao currículo que deve ocorrer ao longo da estrutura curricular do estudante em Serviço Social. As Diretrizes Curriculares do Serviço Social são resultantes de uma construção histórica da categoria face às exigências da contemporaneidade. Em geral, é um conjunto de fundamentos teóricos e práticos que possibilita a articulação entre ensino (universidade) e sociedade de forma crítica. Segundo a ABEPSS (1996), os princípios que fundamentam a formação profissional, a saber:

1. Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes

- curriculares – tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares – como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;
2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social.
  3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
  4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;
  5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
  6. Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos;
  7. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;
  8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
  9. Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
  10. Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular
  11. Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional (ABEPSS, 1996).

Sua efetivação possibilita ao estudante não só na prática de estágio, mas como futuro profissional, na articulação de suas bases teórica e prática, a qual permite que ao mesmo tenha habilidades para propor projetos, intervir de forma efetiva na vida dos seus usuários e da sociedade como todo. A proposta da ABEPSS (1996) para a formação profissional inscrita nas diretrizes curriculares remete a constituição de três núcleos:

O primeiro núcleo, responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, analisa os componentes fundamentais da vida social, que serão particularizados nos dois outros núcleos de fundamentação da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional. Portanto, a formação profissional constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades (Idem, 1996).

Cabe considerar a pertinência de elencar e priorizar os três núcleos, pois, são de suma importância como categorias de análises para se ter bem definido o entendimento sobre a vida social e conseqüentemente a questão social particular da trajetória social, política e cultural da sociedade brasileira, consideradas áreas de conhecimento fundamental a formação do Assistente Social.

Além, das normativas que regularizam o processo da prática de estágio supervisionado em Serviço, há outras Legislações sociais que todo Assistente Social

deveria saber para exercer sua função. Na tabela 1 expomos algumas Legislações Sociais que norteiam o trabalho do assistente social.

Tabela 1 – Legislações sociais que servem de base para a prática profissional do assistente social.

<b>Legislações sociais</b>	<b>Objetivo</b>
Constituição Federal 1988(CF)	Compreende um conjunto de leis e normas que regulamentam os direitos e deveres da sociedade e do Estado. O objetivo da Carta Magna é garantir condições para o bem-estar social e o exercício da cidadania de todos os brasileiros. É a partir de sua instituição que a Assistência Social se torna uma política de seguridade social. Nesse momento, o tema passa a ser entendido como de responsabilidade pública.
Estatuto da Cidade	Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, estabelece diretrizes da política urbana no Brasil. Tem o objetivo de promover acesso às terras brasileiras de forma equânime. As funções do Estatuto são garantir que seja priorizado o papel social das terras e edifícios urbanos em detrimento de seu valor de mercado e, também, a gestão democrática das cidades através da participação e do controle social.
Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)	A LOAS foi criada para regulamentar os artigos 203 e 204 da CF, que tratam da Assistência Social. É, através dessa lei, que a política ganha um caráter descentralizado e participativo em todas as esferas do poder (federal, estadual e municipal). Por meio dessa legislação é criado o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que tem a finalidade de fiscalizar a aplicação da AS em todo o País.
Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	O SUAS operacionaliza o que está descrito na LOAS. Por meio desse sistema, são criados os serviços, programas, projetos e benefícios ofertados pela AS. Após sua deliberação, a política de Assistência Social passa a ter um padrão de aplicabilidade em todas as cidades do Brasil. A Lei n.º 12.435, de 6 de julho de 2011, traz as recentes mudanças no SUAS. De forma geral, as alterações tratam da obrigação do repasse de recursos e da estipulação de um sistema de gestão e de níveis de proteção.
Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS)	A LOPS, criada a partir da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, unifica e padroniza as normas para o funcionamento da Previdência Social. Compreende um grande passo para a universalização da Previdência, uniformização de sua estrutura e aumento dos auxílios prestados (natalidade, funeral, reclusão, dentre outros). Servindo, também, como norteador do sistema de seguridade social.
Política Nacional do Idoso	Os direitos dos idosos, descritos na CF, foram regulamentados pela Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, também chamada de Política Nacional do Idoso. O objetivo da Lei é proporcionar, ao idoso, o direito a um envelhecimento digno. Caracterizando-se como um dever da família, Estado e, também, da sociedade.
Estatuto do Idoso	O Estatuto do Idoso, instituído por meio da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, surge para efetivar o exercício de cidadania do idoso. A Lei discorre sobre seus direitos fundamentais e as medidas de punição a quem violá-los. Negligência, discriminação, violência e crueldade são exemplos de ações que são criminalizadas pela legislação.
Lei Orgânica da Saúde	A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, também chamada de

	Lei Orgânica da Saúde, regula os serviços de saúde em todo o País. Na legislação, consta os objetivos e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).
Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência	O Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, dispõe sobre as normas da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Política essa, estabelecida pela Lei n.º 7.853/89. Tem o objetivo de assegurar o exercício dos direitos das pessoas com deficiência, como a assistência integral à saúde. Proporcionando maiores chances de sua independência e inclusão social.
Estatuto da Pessoa com Deficiência	A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão, tem a finalidade de garantir os direitos das pessoas com deficiência, trazendo à tona temas como, acessibilidade e inclusão. Na legislação, são estipuladas punições aos que a descumprirem.
Política Nacional de Saúde Mental	Política Nacional de Saúde Mental, descrita por meio da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, foi criada com o objetivo de organizar a assistência e garantir os direitos das pessoas com transtornos mentais. Alguns exemplos são os indivíduos com dependência ao álcool, depressão ou ansiedade.
Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)	A Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, conhecida como Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional, cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Tem a finalidade de garantir o direito, a todos os cidadãos, a alimentos de qualidade e em quantidades suficientes para manter sua saúde. No momento da criação dessa legislação, sua principal finalidade era combater a fome, no País, através de uma política de Estado.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)	A LDB, instituída através da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, regulamenta o sistema educacional brasileiro (público e particular) em todos os níveis de ensino. Na Lei, é reafirmado o direito à educação a todos os cidadãos brasileiros, bem como, definidas as responsabilidades de todos os entes federados acerca do tema.
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	A partir da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o ECA, toda criança e adolescente passa a ter o direito, com o mínimo de condições, à proteção e desenvolvimento integral. Direitos fundamentais como, saúde, alimentação, educação, cultura, dignidade e liberdade, passam a ser dever dos pais, do poder público e de toda a sociedade. Sendo que, o não cumprimento desses direitos reflete em punições descritas em lei.
Estatuto da Juventude	A Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, discorre sobre os direitos dos jovens que precisam ser garantidos pelo Estado. Como, educação, trabalho, saúde e cultura. Procurando atender, sempre que possível, às necessidades, trajetórias e diversidades desse público.
Lei Maria da Penha	A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, também conhecida como Lei Maria da Penha, tem o objetivo de prevenir e combater a violência contra a mulher no ambiente doméstico ou familiar. É importante destacar que a punição pelo descumprimento dessa Lei não precisa ser, necessariamente, contra o marido. Inclui, também, pessoas de seu convívio familiar.

Fonte: Organizado pela pesquisadora, a partir do site <https://blog.portabilis.com.br/as-legislacoes-sociais-que-todo-assistente-social-deveria-saber/>. Acesso em 14/12/2021.

Diante os diversos desafios postos à profissão na contemporaneidade, realidade que exigem dos profissionais que estejam atentos e compreendam a necessidade da apropriação dos aparatos normativos, historicamente construídos nos encontros da categoria, como uma forma de fortalecimento e defesa da profissão.

## **2.2 PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL**

O estágio é uma dimensão obrigatória para se pensar a formação profissional do assistente social, segundo Brun; Santos (2019, p. 27) “A formação profissional é um processo de construção e reconstrução constantes que exige do assistente social posicionamento, mudança de atitude, revisão de posturas, rompimento de paradigmas”. Isso significa uma abertura às novas configurações e comprometimento como caráter emancipatório da realidade social.

São inúmeros os desafios a construção da formação profissional, e o estágio supervisionado se torna um espaço importante, sendo um divisor de águas, entre o desvelamento das contradições da realidade, para Brun; Santos (2019, p. 57) “O estágio supervisionado em Serviço Social é o momento do curso em que o aluno se aproxima de forma sistemática e estruturada da realidade social e acompanha a intervenção do assistente social em diversos espaços sócio-ocupacionais”. Ou seja, o estágio é o momento em que o estudante faz as aproximações e reflexões por meio da vivência sobre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão, articulando os conteúdos das disciplinas ministradas em sala de aula com as intervenções propostas nos espaços de atuação profissional.

Nessa direção, pressupõe que o estágio seja um espaço privilegiado de conhecimento, considerado um lócus por formação, onde os estudantes passam utilizar os instrumentos e técnicas utilizados pelo assistente social em sua atuação profissional, podemos citar documentos como: “diário de atividades; planos; programas e projetos; pesquisa e instrumentos; observação; abordagem; relatório; visita domiciliar; reuniões e entrevistas” (BRUN e SANTOS, 2019, p. 48). É neste espaço que começa a materialização dos fundamentos constitutivos da profissão.

É no estágio supervisionado que o estudante de assistência social passa compreender e refletir a realidade social e os “fundamentos que norteiam sua profissão, é necessário que sua formação seja pautada no conhecimento teórico-crítico da realidade social em que ele atua” (BRUN e SANTOS, 2019, p. 32). Como

também, as dimensões que direcionam o fazer profissional que se materializam nos espaços de atuação, fruto de inúmeras construções coletivas, que, por meio do exercício profissional e do compromisso assumido com os usuários e com o Projeto Ético-Político da profissão, “ampliam a discussão de intervenção pautada na teoria social crítica que dá sentido, finalidade e identidade à profissão” (BRUN e SANTOS, 2019, p. 41).

A ABEPSS (2009) afirma que, o estágio no curso de Serviço Social apresenta como uma de suas premissas para oportunizar ao estudante o aprofundamento da relação entre o conhecimento teórico, metodológico e o trabalho profissional, a capacidade técnico operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão.

O estágio é um dos componentes curriculares privilegiados na construção da relação teoria/prática, principalmente por seu caráter presencial e pela atividade concomitante de supervisão acadêmica e de campo. Devem ser de responsabilidade da unidade formadora. São princípios do estágio, contidos na Política Nacional de Estágio (2010): articulação entre formação e exercício profissional; indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo; articulação entre universidade e sociedade; unidade teoria-prática; interdisciplinaridade e articulação entre ensino, pesquisa e extensão (ABEPSS/CFESS, 2011, p.796).

Percebe-se assim, que a prática de estágio supervisionado é um processo de formação inicial de capacitação para o exercício pleno e seguro ao profissional do Assistente Social.

Todo aparato teórico apresentado, mostram a relevância da prática de estágio supervisionado. É neste período que o estudante em Serviço Social tem contato com os usuários, acompanha a supervisora de campo nas escutas e os direcionamentos as suas necessidades. Todo esse processo é direcionado pela supervisora de campo que orienta, apresenta as atividades realizadas diariamente no setor que executa sua função. Além da supervisora de campo o estudante tem a orientação direta da tutora acadêmica, que entre outras funções, orienta na organização, planejamento e execução projeto pedagógico, bem como nas normativas do curso.

É também durante o período de estágio que o aluno aprende e acompanha o trabalho do profissional do serviço social nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Aprende que o trabalho vai muito além do ato de ajudar, estes profissionais são responsáveis por proteger e garantir os direitos da população, além de orientar e conscientizar as pessoas quanto seus direitos e benefícios sociais.

Apreende que o Assistente Social trabalha para implementar políticas públicas, criar estratégias e auxiliar a população a ter acesso às informações. E principalmente zelar pelo coletivo e pela justiça social.

### **CAPÍTULO III- ESTÁGIO SUPERVISIONADO DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL DA UNINTER POLO DE TEOTÔNIO VILELA / AL**

Esse capítulo refere-se à problematização da análise sobre a prática de estágio supervisionado da primeira turma em serviço social do Campo da Uninter polo da cidade de Teotônio Vilela Alagoas. Para tanto, em consonância com os procedimentos metodológicos, a análise em questão deu-se em dois momentos, inicialmente, realizou-se a categorização e sistematização dos dados, levando em consideração a contextualização teórica para aprofundamento da discussão proposta. Em seguida, com base na categorização das questões formuladas, foram elencadas as seguintes categorias: espaços sócio-ocupacionais; dificuldades e desafios no processo de estágio; prática de Estágio Supervisionado; contribuição do estágio para Formação profissional.

As categorias foram organizadas de acordo com as respostas do questionário enviado aos estudantes da primeira turma do curso de Serviço Social do Campo da Uninter polo da cidade de Teotônio Vilela AL. O Campo da Uninter foi instalado na cidade de Teotônio Vilela no ano de 2018. A primeira turma do curso em Serviço Social era constituída por quatro (04) alunos. No segundo semestre desistiram três (03) alunos por questões pessoais e entraram mais três (03), formando a turma com quatro alunos novamente. São estes que estão concluindo o curso. Seguindo a matriz do curso e o **Art. 9** do Regulamento de Estágio Supervisionado em Serviço Social (2019, p. 6), que determina que o período de estágio só deve iniciar depois de concluídas 24 disciplinas ou o 1 e 2 ciclos:

O estudante da modalidade EaD deverá desenvolver atividades em que a sua prática apresente coerência com a teoria, contemplada por meio dos componentes curriculares e matriz curricular do curso de graduação, sendo permitido seu ingresso no campo de Estágio Obrigatório depois da conclusão do CICLO 1 e 2, com total aproveitamento e/ou ter 24 disciplinas cursadas e aprovadas considerando ética profissional e Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social Dimensão

Metodológica pré requisitos conforme orientação Política Nacional de Estágio da ABEPSS (2010).

Para realização do Estágio Supervisionado a coordenação do curso de Serviço Social do campo da Uninter polo da cidade de Teotônio Vilela, conseguiu convênio com a Secretaria de Saúde do município, oportunizando os espaços sócio-ocupacionais. No início do primeiro semestre de 2020, com a conclusão de 24 disciplinas o estágio prático dos quatro (4) alunos deveria iniciar, como descrevem as normativas do Regulamento de Estágio Obrigatório, mas, devido a pandemia pela covid 19, e o decreto federal para o isolamento social e fechamento das instituições públicas e privadas, a primeira fase do estágio foi praticamente teórico. Este fato é considerado como primeiro desafio ou entrave, enfrentado pelos alunos para realização do estágio supervisionado.

Segundo o **Art. 8** do Regulamento de Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social está dividido em seis etapas:

terá carga horária total de 876 horas até o final do curso, sendo organizada em 146 horas por etapa do estágio, (6 etapas), distribuídas em cada etapa da seguinte forma: 56 horas conteúdos vídeo aulas e, 90 horas de atividades de campo, compreendendo 70 horas no campo de estágio e 20 horas de supervisão direta no Polo de apoio presencial.

Segundo a Resolução do CNE, CES, MEC, nº 02/2007, essa carga horária equivale no mínimo 15% das 3.000 horas. Cada etapa equivale a duas disciplinas, avaliadas como Elementos de Sistematização de Prática em 60%:

- 1. Prática de Estágio – Aproximações da Realidade:**
  - a) Plano de estágio – 30%
  - b) Relatório Quadrimestral – 30%
- 2. Prática de Estágio – Pré-Projeto de Intervenção**
  - a) Diário de Campo Fundamentado – 30%
  - b) Pré-projeto de Intervenção – 30%
- 3. Prática de Estágio – Projeto de Intervenção**
  - a) Projeto de Intervenção– 30%
  - b) Relatório Processual Descritivo – 30%
- 4. Prática de Estágio – Execução do Projeto de Intervenção**
  - a) Relatório de Execução do Projeto de Intervenção – 30%
  - b) Relatório Quadrimestral – 30%
- 5. Prática de Estágio – Avaliação do Projeto de Intervenção**

- a) Relatório de Avaliação do Projeto de Intervenção – 30%
- b) Relatório Quadrimestral – 30%

## **6. Prática de Estágio – Relatório Final**

- a) Diário de Campo Fundamentado – 30%
- b) Relatório Final da Sistematização da Prática – 30%

Antes de iniciar o estágio o estudante deve levar o Termo de Compromisso de Estágio e uma carta de apresentação para unidade concedente, depois de assinado pelo superviso de campo (Assistente Social) postar no AVA bem como acompanhar o deferimento do termo de compromisso antes de iniciar o estágio. Concluída cada etapa de estágio, o estudante deve apresentar toda a documentação escrita, como: diários, plano de estágio, ficha de frequência e de avaliação e relatórios para a assinatura dos Supervisores acadêmico e de campo e postar no AVA.

Para compreender como aconteceu o processo de prática do estágio supervisionado dos quatro (4) alunos, e buscar respostas a questão norteadora, seguindo a abordagem metodológica qualitativa, organizamos um questionário com 15 perguntas fechadas de múltipla escolha no *google forms* e enviamos para os alunos pelo aplicativo whatsapp, 100% dos mesmos responderam o questionário. As respostas foram analisadas, fundamentadas e divididas em categorias.

### **3.1 ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS**

O período pandêmico pela covid 19 trouxe (e continua trazendo) inúmeros desafios para a categoria profissional, para a efetivação do trabalho e da formação profissional acadêmica e permanente. Com o fechamento das universidades e cancelamento da prática de estágio, instituída pela Portaria Nº 343, de 17 de março de 2020, e pela nota da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (CFESS) referente ao estágio supervisionado no período de isolamento social para o combate ao novo coronavírus (covid-19)<sup>1</sup>, os estudantes universitários

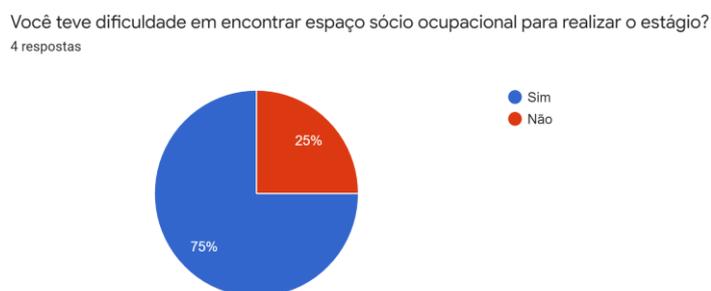
---

<sup>1</sup> A ABEPSS, frente à situação de excepcionalidade, se manifesta pela SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL, com manutenção dos respectivos “Termos de Convênio” e a manutenção das bolsas de estágios, como medida de proteção e combate ao Coronavírus (COVID 19).

tiveram dificuldades em encontrar espaços sócio-ocupacional para realizar o estágio supervisionado.

A partir do segundo semestre de 2020, algumas instituições universitárias começaram suas atividades de forma presencial, porém, com os espaços sócio-ocupacionais não aconteceu o mesmo. A reabertura desses espaços só ocorreu no primeiro semestre de 2021. Assim, perguntamos aos estudantes se mesmos tiveram dificuldade em encontrar espaço sócio-ocupacional para realizar o estágio. A resposta apresentada no gráfico 1.

Gráfico 1 – Espaço sócio-ocupacional



Fonte: A pesquisadora, 2021

A resposta dos estudantes exposta no gráfico 1, mostra que 25% dos mesmos tiveram dificuldade encontrar espaço sócio-ocupacional. Segundo os estudantes as instituições públicas conveniada com o Campo da Uninter, reduziram a quantidade de estagiários devido aos cuidados sanitários. Segundo Oliveira (p.194) considerando o agravamento da precarização das condições de “trabalho das/os profissionais, em especial devido à pandemia, a experiência de estágio pode ser deficitária e até incoerente ao que é preconizado” para formação profissional dos estudantes universitários. Percebemos que esta situação pode ser considerada como segunda dificuldade enfrentada pelos alunos, na realização da prática de Estágio Supervisionado. Local de aprendizagem profissional, o espaço sócio-ocupacional, significa o momento de apreensão da realidade profissional em seus aspectos difusos, tensos ou contraditórios, os quais possam favorecer a relação na dimensão da prática profissional e na prática social dos sujeitos (OLIVEIRA, 2003, p. 50).

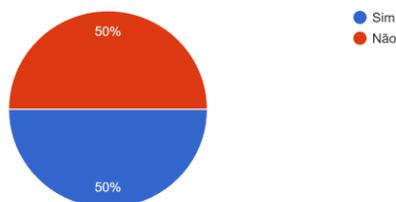
Na segunda questão perguntamos aos estudantes, se foi eles que escolheram o local para realizar o estágio ou, a escolha foi realizada pelo pessoal do

setor de recursos humanos da secretaria de saúde do município. Resposta no gráfico 2.

Gráfico 2 – Escolha do espaço sócio-ocupacional

Foi você quem escolheu o campo ou espaço sócio ocupacional para realizar o estágio?

4 respostas



Fonte: A pesquisadora, 2021

A resposta do gráfico 2, apresenta que 50% dos estudantes não escolheram o espaço sócio-ocupacional para realizar o estágio supervisionado. Percebe-se que apesar da liberação para o retorno da prática de estágio os estudantes têm encontrado dificuldades para realizá-lo como afirma Gomes (2021, p.100) apesar das estratégias para a volta às aulas, no contexto da pandemia de COVID-19, “a maior tensão tem se dado no que se refere ao Estágio Supervisionado, por parte dos discentes que se encontram no final de cursos e têm pressa em concluir o curso, o mais rápido possível, visando o ingresso no mercado de trabalho”. Por isso, a necessidade de realizar o estágio supervisionado, por ser considerado atividade essencial para formação profissional do Assistente Social.

### 3.2 DIFICULDADES E DESAFIOS NO PROCESSO DE ESTÁGIO

Compreendido como atividade curricular, o estágio supervisionado é efetivado por meio da entrada dos estudantes nos espaços sócio-ocupacionais (chamados campos de estágio), onde trabalham os assistentes sociais.

Ao serem questionados sobre o espaço sócio-ocupacional os estudantes responderam que todos foram direcionados para realizar o estágio nos setores da secretaria de saúde do município. Resultado exposto no gráfico 3.

Gráfico 3 – Espaço socioinstitucional de estágio

Qual o espaço sócio ocupacional você realizou o estágio supervisionado?  
4 respostas



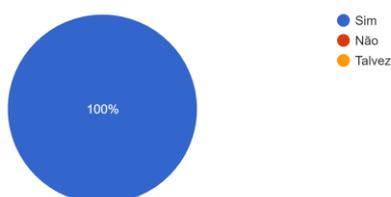
Fonte: A pesquisadora, 2021

No gráfico 3, apresenta que 100% dos estudantes foram dirigidos para secretaria de saúde, onde foram encaminhados para outros setores para realização do estágio. Um estudante foi encaminhado para estagiar no Hospital (único do município), outro no centro de marcação de consulta e exames do Hospital, outro para o centro de diagnóstico do Hospital, outro para O Projeto Rede de Acamados dentro da Secretaria de Saúde do município. O estágio supervisionado deve garantir a sua legitimidade como espaço de formação profissional, possibilitando a/ao estagiária/o aproximações à realidade social da população usuária. De acordo com Oliveira (2003, p.192) esta atividade deve estar “alicerçada nas bases legais e nas normativas preconizadas pelas entidades representativas do Serviço Social, agregando formação e exercício da profissão, contemplando as dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa e investigativa”.

Perguntamos aos estudantes se a prática realizada por eles durante o estágio supervisionado estava de acordo com as normativas da profissão. O resultado apresentado no gráfico 4.

Gráfico 4 – Atividades no estágio supervisionado

As atividades que você desenvolveu no estágio estão de acordo com as descritas no Termo de Compromisso de Estágio?  
4 respostas



Fonte: A pesquisadora, 2021

De acordo com o gráfico 4, todos os estudantes responderam que sim, que as atividades desenvolvidas durante o período de estágio estavam de acordo com as normas do Assistência Social. Isso significa que a identificação com o mundo profissional possibilita “à/ao estudante a compreensão e análise dos papéis e atitudes das/os assistentes sociais supervisoras/es acadêmicas/os e de campo que a/o circundam, e, por conseguinte, permite conhecer com maior aprofundamento o Serviço Social, enquanto profissão inserida na dinâmica social” (OLIVEIRA, 2003, p. 187).

Assim, o campo de estágio é destacado como local privilegiado para a formação de juízo profissional, educação, instrução e autoaprendizagem do estudante. O estágio é o momento da vida acadêmica do aluno em que se põe face a face com a prática profissional do Serviço Social. Segundo Albiero (2000, p.44) “ É ele que permite ao aluno aproximações sucessivas com a realidade institucional, com a realidade da demanda e com os desafios que se colocam ao trabalho do Assistente Social na sua relação com a sociedade”. Concordando com o autor é no estágio que confere ao estudante ensino do Serviço Social dentro de dimensão teórico-prática.

### **3.2.1 Estágio Supervisionado**

A prática de estágio supervisionado tem como principal objetivo capacitar os estudantes para o processo de formação, nas dimensões teórico-metodológica, ético política e técnico-operativa do exercício profissional, em consonância com o projeto ético político que traz a direção social da profissão. Neste sentido, questionamos aos estudantes como eles avaliavam seu andamento no estágio, 75% dos estudantes disseram que consideravam bom, e 25% disseram que estava excelente o estágio. Percebe-se assim, que a prática se concretiza segundo Santos; Oliveira e Bonalume (2016, p, 75)

com a inserção do aluno nos espaços sócio-ocupacionais como atividade curricular obrigatória, que objetiva sua capacitação para o exercício profissional e a construção de sua identidade profissional, mediada pela supervisão de um profissional de serviço social, conforme determinado pela legislação que regula a profissão (SANTOS; OLIVEIRA; BONALUME, 2016, p, 25).

Concordando com a ideia dos autores citados, o estágio supervisionado deve se constituir num instrumento fundamental na formação crítica e na capacidade interventiva e investigativa do estudante de Serviço Social.

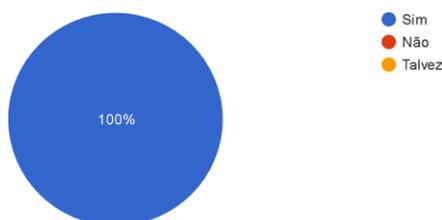
Para Santos; Oliveira e Bonalume (2016, p, 76) o “processo de formação profissional deve envolver conhecimentos teóricos e práticos para contemplar a formação de um profissional, com formação teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política”. Seguindo o raciocínio do autor questionamos os estudantes se o conhecimento teórico adquirido na academia contribuiu em suas práticas de estágios, 100% dos mesmos responderam que para realização de algumas atividades necessitaram sim da teoria apreendida na academia.

A afirmativa dos estudantes demonstra que a teoria é essencial para realização das atividades diárias do assistente social, que para o processo de formação profissional, é necessário se ter clareza quanto às competências e habilidades a serem exigidas ao futuro profissional para desempenhar sua função.

A formação profissional é entendida como um movimento em permanente construção, como um processo dialético e, nesse caso, dinâmico. Segundo Santos; Oliveira; Bonalume, (2016, p, 29) “a identidade profissional em serviço social está em construção, pois se constitui como fruto de um sistema que apresenta contradições ao profissional”. Assim perguntamos aos estudantes, se a prática de estágio tinha ampliado sua visão sobre o mercado de trabalho. Os estudantes foram unânicos em afirmar que o estágio descontinou muitos conceitos que tinham sobre a profissão. No gráfico 5, é apresentado o resultado.

Gráfico 5 – Ampliação da visão da profissão

A prática do estágio ampliou sua visão do mercado de trabalho e do funcionamento estrutural das ações realizadas pela assistente social?  
4 respostas



Fonte: A pesquisadora, 2021

Os estudantes afirmaram em 100% que a prática de estágio ampliou sua visão sobre as ações cotidianas do assistente social, bem como do mercado de trabalho. Percebe-se assim, que é na prática de estágio, que se dá a instrumentalização do aluno para o exercício profissional, demonstrando que o estágio é um dos espaços mais privilegiados para sua formação.

### 3.2.2 Contribuição do estágio para Formação profissional

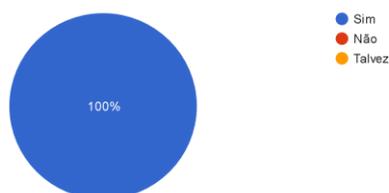
A prática de estágio supervisionado em serviço social é um dos momentos mais importantes da política de formação profissional para os alunos que querem realmente ingressar no processo produtivo da profissão. Para Santos; Oliveira e Bonalume (2016, p, 79), “o estágio deve ser entendido como um processo de ensino-aprendizagem, no qual ocorre a relação entre o assistente social e o estagiário; onde ambos fazem parte do processo que envolve diálogo e reflexão crítica sobre a realidade local”. Os autores afirmam que o processo de formação profissional se efetiva na relação entre teoria e prática, entre saber e o fazer, com a inserção do aluno na prática profissional, no campo sócio-ocupacional do serviço social.

Seguindo essa afirmação perguntamos aos estudantes se a prática de estágio contribuiu para o desenvolvimento de novas habilidades e competências para a vida profissional. Os estudantes responderam que a dimensão formativa começa de fato a partir da prática do estágio. No gráfico 6 apresentamos a resposta.

Gráfico 6 – Novas habilidades e competências profissionais

O estágio contribuiu no desenvolve de novas habilidades e competências que facilitarão sua inserção no mercado de trabalho?

4 respostas



Fonte: A pesquisadora, 2021

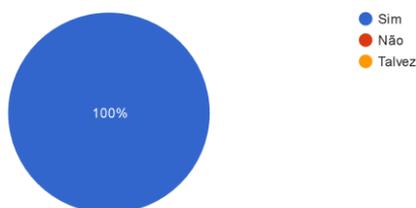
Pela resposta dos estudantes exposta no gráfico 7, percebe-se que a prática de estágio possibilita a aprendizagem de novas habilidades que são agregadas na formação e no exercício profissional. Para Oliveira (2003, p. 194) “o estágio em

Serviço Social adquire peso específico no processo de aprendizagem, não podendo restringir-se a um momento episódico na formação profissional”. Durante o período de estágio os estudantes também contemplam as dimensões do fazer profissional: teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa e investigativa.

Perguntamos ainda aos estudantes se a experiência da prática de estágio é uma atividade contributiva para formação profissional do assistente social, em resposta todos disseram que sim, confirmando o que Oliveveira (2003) afirma que o estágio é uma atividade de peso para formação do assistente social. Resposta contextualizada no gráfico 7.

Gráfico 7 – Experiência de estágio

A experiência do estágio é produtiva para formação do Assistente Social?  
4 respostas



Fonte: A pesquisadora, 2021

Pelas experiências dos estudantes vivenciadas na prática do estágio supervisionado, expostas nas respostas, o estágio é apresentado como espaço onde adquiriram novas experiências, habilidade e conhecimentos, que serão agregadas em sua formação profissional.

### 3.2.3 Análise crítica dos resultados

Esta pesquisa foi realizada com os estudantes estagiários da primeira turma do curso de Serviço Social do Campo da Uninter, polo da cidade de Teotônio Vilela. O trabalho desenvolvido com a pesquisa bibliográfica foi realizado no sentido de conhecermos o que havia sobre o assunto e nos respaldarmos teoricamente. Já a pesquisa documental foi realizada através das normativas que regularizam a prática de estágio do curso de Serviço Social. A pesquisa de campo teve como universo o campo de estágio de Serviço Social vinculads à Uninter, polo da cidade de Teotônio Vilela. Os sujeitos escolhidos para a pesquisa foram os estudantes da primeira

turma do curso de Serviço Social que estavam realizando estágio supervisionado. Como instrumental e fonte de coleta de dados utilizamos questionário estruturado.

Para análise dos dados utilizamos uma proposta dialética, situando as respostas dos entrevistados no contexto adequado, fazendo uma interlocução com a bibliografia pesquisada. Portanto nossa pesquisa partiu do pressuposto onde nossas considerações pudessem promover uma análise reflexiva sobre a prática de estágio para a formação profissional dos estudantes do curso de Serviço Social.

O trabalho de pesquisa realizado com os estudantes buscou responder à pergunta norteadora da monografia: Quais contribuições o estágio supervisionado colabora para uma formação crítica e construtiva do profissional em serviço social? Na concepção dos estudantes o estágio supervisionado, é visto como momento único para formação profissional, onde eles puderam colocar em prática os ensinamentos teóricos adquiridos na faculdade, fazendo a mediação necessária entre a teoria e a prática, tendo a oportunidade também de conhecer de perto os instrumentais da profissão, as expressões da questão social, além de realizar uma análise da realidade social de forma crítica e construtiva para a vida profissional.

Os estudantes afirmaram que durante todo período do estágio tiveram o acompanhamento das Supervisoras de campo e acadêmico. As atividades eram expensadas por elas, seja no campo prático ou na construção das atividades teóricas. Antes, durante e depois do estágio aconteciam encontros pedagógicos com a supervisora acadêmica e os demais alunos, para análise das normativas, decretos, resolução que regularizam o Estágio Supervisionado, além das experiências práticas do estágio.

Pelas contribuições dos estudantes entrevistados, entendemos o estagiário como parte integrante do processo de estágio, como alguém que tem muito a aprender, mas que também tem muito a ensinar, que leva para o campo de estágio a teoria que vem aprendendo, e faz a mediação necessária com a prática, é o vivido pensado. De acordo com Barbosa (2004, p. 2) “os estágios [...] constituem-se em espaços onde emergem questões que lhe são especialmente particulares, por estarem situados na esfera das relações entre instituições de ensino e as organizações”.

Percebeu-se através da pesquisa que o estagiário deve estar ciente da sua responsabilidade, enquanto parte integrante do processo de estágio, para contribuir com uma prática de qualidade. Percebemos que na prática de estágio o aluno vai

compreender e vivenciar os desafios enfrentados pelos profissionais de Serviço Social no exercício diário da profissão. Como afirma Oliveira (2003, pp. 194-195) “O estágio supervisionado, atividade curricular compreendida na centralidade do processo de formação profissional, apresenta avanços no sentido de oportunizar melhores condições para sua realização, de acordo com as diretrizes curriculares vigentes”. Isso demonstra a necessidade de as unidades de formação acadêmica desenvolverem ações, cursos, seminários, disciplinas, outras atividades, voltadas para a formação permanente dos assistentes sociais para assumirem com maior conhecimento e competência a profissão. Pois, segundo Oliveira (2003, p. 60) “a formação profissional não se completa na conclusão do curso, pelo contrário, o curso é seu desencadeador”. Ou seja, a formação profissional é um processo contínuo para uma prática que vise garantir proteção social a todos que dela necessitam.

Contextualizando o tema da pesquisa, ESTÁGIO SUPERVISIONADO: os desafios e contribuições para formação profissional do estudante em serviço social, destacamos como os maiores desafios enfrentados pelos estudantes para realização do estágio, primeiro, o período pandêmico da covid 19, que impossibilitou a realização prática da primeira etapa do estágio, devido o processo de isolamento social; segundo, a falta de espaço sócio-ocupacional para realização do estágio. A coordenação pedagógica do curso só conseguiu convênio com a secretaria de saúde do município, assim, os estudantes não tiveram muita opção de escolha de espaços para prática de estágio. Já as contribuições da prática de estágio para formação profissional, os estudantes afirmaram que foram momentos ricos que vivenciaram, que o estágio contribui com novas experiências, conhecimentos e habilidade que serão agregadas a vida profissional.

Fica como sugestão para futuras análises e estudos os diversos espaços sócio-ocupacionais onde os estudantes podem experienciar suas práticas de estágios supervisionados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho de Conclusão de Curso buscou demonstrar a importância do Estágio Supervisionado em Serviço Social e sua colaboração para a formação profissional através do relato de experiência dos estudantes estagiários da primeira turma de Serviço Social do campo da Uninter do polo da cidade de Teotônio Vilela - Alagoas.

Percebe-se que o estágio supervisionado em Serviço Social, é apresentado como essencial para a formação profissional dos/as estudantes. Com o presente estudo, pode-se compreender que o estágio supervisionado constitui o processo de formação profissional, dessa forma, ultrapassa a concepção de ser apenas exigência curricular. O estágio deve se configurar como o local de aproximação com a realidade e atuação do/a profissional e como um elemento metodológico contínuo de formação. Para os estudantes, é o momento para articular as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnica-operativa.

É no espaço sócio-ocupacional ou institucional que o/a estagiário é capacitado para fazer correlações entre o que foi aprendido na academia e a atuação profissional, por meio de leituras críticas. Também, é percebido que é neste ambiente que deve existir a instrumentalização para o diálogo teoria-prática, visto que a teoria não se aplica na prática, mas ambas são unidade e não podem ser dissociadas, uma vez que a teoria dá luz à prática profissional.

Para os sujeitos que protagonizam esta importante atividade curricular, o estágio supervisionado provoca ensino-aprendizagem para formação profissional. Entretanto, pôde-se verificar algumas dificuldades para o início da prática de estágio, primeiro pelo momento pandêmico pela covid 19, segundo pelo processo de convênio entre a universidade e a instituição pública. Essas dificuldades foram identificadas, especificamente, no que tange a instituição de ensino e os espaços sócio-ocupacionais, tão logo solucionadas.

Percebe-se efetivamente, que o estágio supervisionado em Serviço Social é fundamental no processo de formação profissional; porém, estudá-lo, compreendê-lo e valorizá-lo é um desafio constante para que de fato seja espaço de construção da identidade profissional da/o estudante.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996. [https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf). Acesso em 14 de janeiro de 2022.

ALVES, Márcia Oliveira. **Fundamentos históricos e metodológicos do Serviço Social: das origens aos dias atuais**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

ALBONETTE, Eliana Aparecida Gonçalves. **Serviço social no Brasil: panorama histórico e desafios**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

BRUN, Adriane Buhner; SANTOS, Sandra Aparecida S. **Estágio Supervisionado: na formação do assistente social**. Curitiba: Intersaberes, 2019.

ALBIERO, C. M. G. **Ensinar e aprender: desafios constantes na formação profissional em Serviço Social**. 2000. 227p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

BARBOSA, A. M. G. O importante papel do estágio no desenvolvimento de competências. **Revista Ágora. Políticas Públicas e Serviço Social**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 89-95. out. 2004.

Disponível em < <http://www.assistentesocial.com.br/biblioteca.php#agora> >. Acesso em: 04 setembro. 2021

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispões sobre Estágio de Estudantes. Brasília/DF, 2008.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS) Ministério de desenvolvimento social e combate à fome**. - Brasília, secretaria Nacional de Assistência Social 2004.

BURIOLLA, M. A. F. **Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CFESS. RESOLUÇÃO nº 533, de 29 de setembro de 2008 que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf> Acesso em 14 de janeiro de 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999

GOMES, Vera Lúcia Batista. Precarização da formação profissional em serviço social da pandemia da covid-19. In: ANDRADE, Roberta Ferreira C.; PRATES, Jane Cruz. **Desafios à formação em Serviço Social em tempo de COVID-19**. Boa Vista: Editora IOLE, 2021.

IAMAMOTO, M. V. A produção de Conhecimento em Serviço Social no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (**ENPESS**) IX, 2004, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

OLIVEIRA, Cirlene A. H. da S. **A centralidade do estágio supervisionado na formação profissional em Serviço Social.** 2003. 178p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2003.

\_\_\_\_\_. Formação profissional em serviço social e o estágio supervisionado no contexto pandêmico. In: ANDRADE, Roberta Ferreira C.; PRATES, Jane Cruz. **Desafios à formação em Serviço Social em tempo de COVID-19.** Boa Vista: Editora IOLE, 2021.

\_\_\_\_\_. **Estágio supervisionado Curricular em Serviço Social: Elementos para reflexão.** São Paulo: UNESP, 2000.

MEDEIROS, J.M de e SVIERCOSKI, V. **O Sabor do saber científico: TCC no Serviço Social.** Curitiba: Intersaberes, 2020.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MONTAÑO, Carlos. A natureza do Serviço Social na sua gênese. In: \_\_\_\_\_. **A natureza do Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2009.

REIDEL, Tatiana; CANTALICE, Luciana. Formação e serviço social em tempos de covid-19. In: ANDRADE, Roberta Ferreira C.; PRATES, Jane Cruz. **Desafios à formação em Serviço Social em tempo de COVID-19.** Boa Vista: Editora IOLE, 2021.

SANTOS, Nilza Pinheiro; OLIVEIRA, Isabel Cristina G.; BONALUME, Bruna Carolina. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: da formação ao exercício profissional.** Curitiba: InterSaberes, 2016.

UNINTER. REGULAMENTO de TCC do Curso de Bacharelado em Serviço Social. **Uninter**, 2018.

## APÊNDICE A –

### QUESTIONÁRIO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Questionário Estágio Supervisionado aplicado aos estudantes da primeira turma do curso de Serviço Social da Uninter – polo de Teotônio Vilela Alagoas

1. Você teve dificuldade em encontrar espaço sócio ocupacional para realizar o estágio?  
 Sim  
 Não
2. Como você avalia o andamento do seu estágio?  
 Excelente  
 Bom  
 Regular  
 Ruim
3. As atividades que você desenvolveu no estágio estão de acordo com as descritas no Termo de Compromisso de Estágio?  
 Sim  
 Não  
 Talvez
4. Você encontrou dificuldade para solicitar orientações do supervisor de campo durante o estágio e, quando as solicitava, obteve esclarecimentos suficientes?  
 Sim  
 Não  
 Eventualmente
5. As atividades que você desenvolveu no estágio exigia conhecimentos teóricos que adquiriu durante o curso?  
 Sim  
 Não  
 Raramente
6. O ambiente de estágio tem possibilitado a interação com diversos profissionais e a troca de conhecimentos e experiências?  
 Sim  
 Não
7. Qual o espaço sócio ocupacional você realizou o estágio supervisionado?  
 saúde  
 Assistente social  
 Craes  
 PSF  
 Outros
8. Foi você quem escolheu o campo ou espaço sócio ocupacional para realizar o estágio?  
 Sim  
 Não
9. Você teve acompanhamento da Supervisora acadêmica durante o estágio?  
 Sim  
 Não  
 Raramente
10. A prática do estágio ampliou sua visão do mercado de trabalho e do funcionamento estrutural das ações realizadas pela assistente social?  
 Sim  
 Não

- ( ) Talvez
11. Você assimilou novos conhecimentos através da vivência da prática de estágio para sua vida profissional?
- ( ) Sim  
( ) Não  
( ) Talvez
12. O estágio contribuiu no desenvolvimento de novas habilidades e competências que facilitarão sua inserção no mercado de trabalho?
- ( ) Sim  
( ) Não  
( ) Talvez
13. Durante o estágio você procurou informações da supervisora de campo para o desenvolvimento das atividades ?
- ( ) Sim  
( ) Não
14. Como você avalia seu relacionamento com o pessoal da equipe do estágio?
- ( ) Excelente  
( ) Bom  
( ) Regular
15. A experiência do estágio é produtiva para formação do Assistente Social?
- ( ) Sim  
( ) Não  
( ) Talvez

## APÊNDICE B –

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado **ESTÁGIO SUPERVISIONADO: os desafios e contribuições para formação profissional do estudante em serviço social**

(a) desenvolvida (o) por Maria Gisélia da Silva Gomes. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é (coordenada / orientada) por Silmara C. R. Quintana, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário via telefone nº **41 99810-4619** ou e-mail XXXXX.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é: Analisar as contribuições proporcionadas pelo estágio supervisionado para a formação dos estudantes da primeira turma do curso de Serviço Social da UNINTER polo de Teotônio Vilela Alagoas. E os **objetivos específicos**: Analisar o processo de formação profissional em Serviço Social na atualidade; analisar o Estágio Supervisionado no processo de formação profissional do (a) Assistente Social; descrever como ocorreu o Estágio Supervisionado dos estudantes de Serviço Social da UNINTER polo de Teotônio Vilela Alagoas.

Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, conforme a Resolução 466/2012.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de (Entrevista através de questionário com perguntas estruturadas) (a ser respondido e lido a partir da assinatura desta autorização). O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (s) orientador (es) / coordenador (es).

Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Teotônio Vilela, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

Assinatura do (a) participante: \_\_\_\_\_

Assinatura do (a) aluno (a) pesquisador (a): \_\_\_\_\_

Assinatura do (a) professor (a) orientador (a): \_\_\_\_\_